

● Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia

Simonsen e Conceição Tavares concordam sobre programa de emergência

por Riomar Trindade
do Rio

Um programa de emergência, de implementação imediata, contemplando o social, o econômico e o político, é a única saída de que dispõe o governo para superar a grave crise interna do País. Em síntese, um programa não recessivo que, sem abandonar os instrumentos clássicos de combate à inflação, permita a retomada gradual do crescimento da economia para conter o desemprego crescente e a expansão da miséria. No plano externo, uma ampla renegociação da dívida com os credores, a partir da premissa de alongamento dos prazos e redução das taxas de juros.

Onze meses após o primeiro encontro em frente às câmaras de televisão, o ex-ministro Mario Henrique Simonsen e a economista Maria da Conceição Tavares retorna ao programa "Crítica e Autocrítica", da Gazeta Mercantil — apresentado neste domingo às 23 horas pela Rede Bandeirantes —, para concordar novamente em fazer um alerta ao governo e propor soluções emergenciais para evitar o caos social.

Simonsen considera factível reduzir a taxa de inflação, no próximo ano, até mesmo porque "sempre é possível derrubar a inflação que, neste ano, sofreu influência de componentes anormais". Em relação ao plano do governo para 1984, delineado na nova carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o ex-ministro Simonsen considerou um "progresso" o estabelecimento de metas nominais trimestrais móveis para aferir a evolução do déficit público e um "retrocesso" a tentativa de compensar "uma menor austeridade dos salários com uma maior austeridade monetária". E acrescentou: "É difícil compatibilizar a meta de 50% de expansão da base monetária com uma inflação prevista de 100%. Isto vai provocar aumento nas taxas de juros e agravar a recessão".

RECESSÃO

Na opinião de Maria da Conceição Tavares, o FMI deveria limitar-se a exigir o cumprimento das metas do balanço de pagamentos. "A exigência de um arrocho monetário desse calibre significa que o FMI não quer que o Brasil volte a crescer. Quer que o País enfrente um processo recessionista ainda maior em 1984, totalmente desnecessário. Trata-se de uma obsessão monetária do FMI", disse Conceição Tavares. Segundo a economista, a meta de "zerar" o déficit público, "com uma insuportável transferência de recursos do orçamento fiscal para o monetário, é uma loucura que provocará uma recessão cavalgar".

Simonsen vê, contudo, chances para uma retomada do crescimento no próximo ano, porque considera folgada a meta fixada para a balança comercial (superávit em torno de US\$ 9 bilhões) devido ao potencial, hoje ocioso em grande parte, do parque industrial brasileiro. Para tanto, afirma ele, é necessário conter "os gastos públicos para derrubar as taxas de juros, que matam os investimentos". Simonsen entende, porém, que os cortes nos investimentos do governo não podem ser feitos de forma indiscriminada. "Cortar os investimentos em prospecção, da Petrobrás, por exemplo, é um absurdo", disse Simonsen.

BALANÇO

Quanto ao balanço de pagamentos, Simonsen considera o "ajuste factível", mas observa que a atual



Maria da Conceição Tavares

sistemática de se obter novos recursos para pagamento dos juros de empréstimos anteriores só pode ser aceita como uma situação transitória. "Estamos há três anos nesse processo de rolagem do principal da dívida", interrompeu Conceição Tavares, para quem o País não tem condições de pagar sua dívida "com as atuais taxas de juros, que representam uma transferência de recursos".

Retornando ao plano interno, Conceição Tavares afirmou que foi o próprio governo quem provocou a inflação, através da contenção das importações (para fechar o balanço de pagamentos), da maxidesvalorização do cruzeiro, do corte nos subsídios e principalmente pela venda dos estoques reguladores dos gêneros alimentícios básicos. "Até março do próximo ano, não haverá alimentos para o abastecimento interno e não vejo onde o governo possa comprar alimentos", disse Conceição Tavares, para ressaltar a necessidade imediata da adoção de um "programa de emergência", com objetivos específicos bem definidos.

Esse programa de emergência, concordaram Conceição Tavares e Mário Henrique Simonsen, deve privilegiar a abertura de frentes de trabalho, a formação de estoques reguladores de alimentos pelos próprios governos estaduais — ou pelo governo federal, como acha mais viável Simonsen —, o reordenamento dos investimentos públicos e até o retorno do tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade e de setores oligopolizados, nos moldes das antigas listas CIP/Sunab.

Na visão de Simonsen e de Conceição Tavares, um programa dessa magnitude seria facilmente aprovado pelo Congresso Nacional, facilitando as negociações do governo com os credores internacionais e com o próprio FMI.